



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVI — Nº 092

QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1981

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 186<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE AGOSTO DE 1981

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

*DEPUTADO JORGE ARBAGE* — Ordem do Dia baixada pelo Sr. Ministro do Exército, em comemoração ao Dia do Soldado.

*DEPUTADO FREITAS DINIZ* — Decisão do Corregedor Célio de Jesus Lobão Ferreira em requerer a reabertura do processo referente a atos terroristas ocorridos no Riocentro. Pronunciamento de S. Ex<sup>a</sup>, feito na última sessão legislativa sobre essas ocorrências do Riocentro.

*DEPUTADO DARIO TAVARES* — Aspectos da situação deficitária da Previdência Social.

*DEPUTADO CAIO POMPEU* — Apreensão de S. Ex<sup>a</sup> quanto ao desenvolvimento das atividades da PAULIPETRO.

*DEPUTADOS CELSO PEÇANHA e FERNANDO LYRA* — Declaração do Sr. Ministro dos Transportes atinente ao problema dos transportes urbanos.

*DEPUTADO MILTON BRANDÃO* — Transcurso do quinto aniversário de falecimento do ex-Presidente Juscelino Kubitschek.

*DEPUTADO JOSÉ FREJAT* — Considerações sobre o incidente aéreo envolvendo os Estados Unidos e a Líbia.

*DEPUTADO TIDEI DE LIMA* — Apreciação da Ordem do Dia baixada pelo Sr. Ministro do Exército, em comemoração ao dia do Soldado.

*DEPUTADO JORGE UEQUED* — Declaração do Sr. Ministro dos Transportes atinente ao problema dos transportes urbanos.

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.2.3 — Comunicação da Liderança do PDS no Senado

Referente à substituição de membro em Comissão Mista.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1981-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.856, de 10 de fevereiro de 1981; que autoriza o Ministro da Fazenda a conceder isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, nos casos que especifica. Votação adiada por falta de *quorum*, após falar no seu encaminhamento o Sr. Álvaro Dias.

#### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATA DA 187<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE AGOSTO DE 1981

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Discursos do Expediente

*DEPUTADO ANTÔNIO FLORENCIO* — Manifestação de pesar pelo falecimento do Dr. Demócrito de Souza Paiva.

*DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA* — Solidariedade aos familiares de desportistas vitimados em desastre automobilístico ocorrido em Viçosa — CE. V Feira Cearense de Móveis de Estilo, a realizar-se no próximo mês de setembro em Fortaleza.

*DEPUTADO JOSÉ ALVES* — Trabalho do Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, intitulado “Jogo não é solução”.

*DEPUTADA CRISTINA TAVARES* — Solicitação do Sr. Corregedor-Geral da Justiça Militar, atinente ao desarquivamento do Inquérito Policial-Militar do Riocentro.

*DEPUTADO MILTON BRANDÃO* — Deliberação do Banco do Brasil referente a criação de postos avançados desse estabelecimento de crédito em municípios do Piauí.

*DEPUTADO ÁLVARO VALLÉ* — Entrevista dos Srs. Gastão Filho e Adílson Pereira, abordando o problema previdenciário brasileiro, publicada pelo Jornal *O Globo*, edição do último dia 23, sob o título “Técnicos afirmam que contas paralelas nos bancos prejudicam INPS”.

##### 2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 2.2.3 — Requerimento

Nº 33, de 1981-CN, do Deputado Benedito Marcílio, solicitando a retirada de sua assinatura apostada à proposta de emenda à Constituição proposta a instituição do chamado voto “Distritão”. **Deferido**.

##### 2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1981, que dá nova redação ao § 3º do artigo 72 da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

##### 2.4 — ENCERRAMENTO

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRÁ DA GAMA  
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GÓMES  
Diretor-Executivo

HELVÉCIO DE LIMA CAMARGO  
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA  
Diretor Administrativo

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

## Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 800,00
Ano .....	Cr\$ 1.600,00

## Via Aérea:

Semestre .....	Cr\$ 2.500,00
Ano .....	Cr\$ 5.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 10,00

Tiragem: 3.500 exemplares

**ATA DA 186ª SESSÃO, CONJUNTA EM 25 DE AGOSTO DE 1981**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura**

## PRESIDÊNCIA DO SR. PASSOS PÓRTO

## ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Hélvio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Pedro Simon — Tarso Dutra.

## E OS SRS. DEPUTADOS:

## Acre

Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Viana — PDS.

## Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Raimundo Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS;

## Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PTB; Carlos Vinagre — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

## Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nágib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Víctor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

## Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

## Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marçilio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne

Belém — PDS; Manoel Arruda — PMDB; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

## Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

## Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

## Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

## Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

## Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

## Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Leur Lomantó — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

**Espírito Santo**

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

**Rio de Janeiro**

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Alyaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délia dos Santos — PMDB; Edison Khair — PMDB; Felippe Penna — PMDB; Florim Coutinho; Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silveira — PMDB.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dario Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PDT; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

**São Paulo**

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soáres — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coudry — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marçilio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Côdo — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

**Goiás**

Adhemar Santillo — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Manoel Oséas — PDS; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

**Mato Grosso**

Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Lourenberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

**Mato Grosso do Sul**

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schimidt — PP; Ruben Figueirô — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

**Paraná**

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Gera — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Italo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

**Santa Catarina**

Acácio Pereira — PMDB; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; José Thomé — PMDB; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Victor Fontana — PDS.

**Rio Grande do Sul**

Alceu Collares — PDT; Álido Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluízio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

**Amapá**

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

**Rondônia**

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

**Roraima**

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 412 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

**O SR. JORGE ARBAGE** (PDS — PA, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, seja pela extraordinária oportunidade, seja pelo espírito de sensibilidade para com a hora presente, vale registrar nos Anais do Congresso Nacional a Ordem do Dia do Ministro do Exército Walter Pires, expedida hoje em comemoração ao “Dia do Soldado”.

Diz S. Ex<sup>a</sup>:

“Meus comandados!

O Exército comemora, hoje, com imenso júbilo, o Dia do Soldado, evocando, em culto de eloquente civismo, a figura de seu eminente Patrono, o Marechal Luís Alves de Lima e Silva — Duque de Caxias.

Na grandeza da vida desse soldado sem pá, o maior de nossa história, avulta a magnitude dos serviços que prestou à Nação, dos primórdios da independência ao ocaso do Império, garantindo com a ação enérgica de sua espada a unidade e a sabedoria do País.

Caxias participou das lutas por nossa emancipação política, pacificou movimentos insurrecionais, combateu em guerras externas e concorreu, como estadista sábio e prudente, para a solução de relevantes questões nacionais.

Não há vulto em nossos fastos que o supere em valor, dedicação e amor à Pátria.

Seu nome está intrinsecamente ligado à de nossa Força, na qual ingressou ainda adolescente, alcançando, após percorrer brilhantemente todos os postos da carreira, o topo da hierarquia militar. Foi, significativamente, o altivo porta-bandeira que conduziu o primeiro pavilhão nacional entregue à guarda da Força Terrestre

e, mais tarde, o impávido Comandante-em-Chefe que o cobriria de glórias nos campos de batalha.

O Exército é, portanto, absolutamente fiel à memória desse inolvidável soldado, de cuja vida exemplar emana a inspiração que o vem orientando, ao longo dos anos, no cumprimento de sua nobre e árdua missão.

Anima-o, em nossos dias, o mesmo elevado propósito que, no passado, impulsionou o intrépido Marechal: assegura a tranquilidade indispensável ao desenvolvimento harmônico e continuado do País, promover sua integração e velar pela intangibilidade de sua soberania.

Síntese perfeita da gente brasileira, na rica diversidade de seus admiráveis aspectos humanos, o Exército tem sido um dos principais esteios das transformações operadas em nossa sociedade pela vontade soberana do povo, que busca, com o constante aprimoramento das instituições, a plena realização de seus justos e legítimos anseios.

Mesmo assim, e apesar de seu caráter eminentemente nacional, desvinculado de qualquer coloração político-partidária, voltado exclusivamente e permanentemente para os superiores interesses da Pátria, o Exército vem sendo hoje, como foi outrora o seu insigne Patrono, vítima das intrigas nefastas dos que vêem nele o grande óbice à concretização de seus inconfessáveis desígnios.

São, no entanto, minorias insignificantes que assim procedem, divorciadas do corpo da Nação, sem grandeza ou expressão moral, perdidas no amargor de suas frustrações, e cuja impatriótica atividade não resistirá à ação do tempo e se perderá, por certo, nos desvãos da história, destino reservado, ainda, aos que levados pela mediocridade, intolerância ou radicalismo se insurgem contra valores verdadeiros e já consagrados.

#### Camaradas!

Venho trazer-vos, neste dia de tão grande significação para nós, minha palavra de estímulo e também de reconhecimento pelo muito que tendes realizado, no anonimato da vida dos quartéis, em benefícios de nossa instituição e do País.

Possuído do mesmo generoso sentimento que hoje experimentais, uno-me em espírito a todos vós onde quer que estejais no exercício de vossas atividades neste instante em que enaltecemos, juntos, os feitos magníficos do Duque de Caxias — símbolo do soldado brasileiro — cuja via é lição perene de patriotismo e exemplo inexcedível de crença em nosso futuro.

Reafirmemos também nós, neste momento, a plena confiança que depositamos no destino venturoso de nossa Pátria, mormente agora, quando uns poucos procuram envolvê-la no manto do pessimismo e da frustração, numa vã tentativa de obscurecer tudo o que se tem realizado e obstaculizar o muito que ainda pretende fazer.

As dificuldades conjunturais com que nos defrontamos, com a grande parte do mundo contemporâneo, não se devem constituir em motivo de desesperança, mas sim, em oportunidade para demonstrarmos nossa firme determinação de prosseguir, a qualquer custo, na ciclopica tarefa de construir o Brasil de amanhã.

Se em meio a essa caminhada, defrontamos com eventuais momentos de apreensão, voltemos, então, o olhar para este imenso País e para o vulto expressivo de suas potencialidades e veremos que não nos faltam condições para transpor, com segurança, os obstáculos da hora presente, e ocupar, a médio prazo, nosso lugar no mundo desenvolvido.

O pessimismo, a insegurança, a intriga, em que alguns procuram, malevolamente, enredar a Nação, se inserem em plano ardilosamente arquitetado para predispor a opinião pública contra o Governo e as instituições militares.

A monolítica demonstração de coesão, unidade e disciplina que estamos oferecendo é a melhor resposta a essas provocações estéreis, que jamais conseguirão apartar a Força Terrestre de seus concidadãos, com os quais está perfeitamente identificadas, em seus propósitos e aspirações.

Coerente, portanto, com o exemplo legado por seu digno Patrono, que nunca transigiu no cumprimento sagrado de seu dever, o Exército prosseguirá em sua missão, fiel à sua destinação constitucional, intimamente unido às demais Forças Armadas irmãs e submissas à autoridade de seu Comandante Supremo, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que vem conduzindo a Nação com segurança e clarividência ao encontro de seu grande destino".

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)** — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Freitas Diniz.

**O SR. FRITAS DINIZ (PT — MA)** — Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na sessão legislativa passada tive um discurso censurado pela Mesa do Congresso. Tratávamos do comprometimento do General Gentil Marcondes, Comandante do I Exército, e do Coronel Job Lorena, mostrando com fatos que a atitude de S. Exa e do seu subordinado significavam um comprometimento com os atos terroristas do Sargento Rosário e do Capitão Wilson no episódio do Rio-centro. A Mesa do Congresso não atendeu ao recurso por nós interposto, sob o argumento de que estávamos agredindo a pessoa do General Gentil Marcondes.

Hoje, temos em mãos exemplar do *Correio Braziliense* que publica matéria de primeira página que, em última análise, corrobora tudo aquilo que disse anteriormente. Diz a manchete do *Correio Braziliense* de hoje: "Capitão é culpado, conclui Corregedor". E afirma que houve ligações do Capitão Wilson "fora da cadeia de comando".

Vou ler integralmente a notícia da primeira página, para mostrar que tudo o que disse está estampado no *Correio Braziliense*.

"Por meio de representação ontem encaminhada ao Presidente do STM, Brigadeiro Faber Cintra, o Corregedor da Justiça Militar, Célio de Jesus Lobão Ferreira, requereu o desarquivamento do IPM do Rio-centro, inconformado com o despacho do Juiz-Auditor da 3ª Auditoria do Exército, que havia requerido o arquivamento do processo. Sustenta o corregedor que a explosão ocorrida no Puma estacionado no Rio-centro, na noite de 30 de abril, se deu no colo do Sargento Guilherme do Rosário, segundo os laudos periciais "que não deixam margem à menor dúvida". E afirma que se o Capitão Wilson Machado não "fosse o responsável pela explosão, sua preocupação imediata seria a de comunicar-se com o seu comandante". Antes de concluir que há "provas suficientes de autoria", Lobão reconhece que, no episódio, houve "ligações fora da cadeia de comando" a que estava subordinado o Capitão Wilson."

Indiretamente ele conclui que o Capitão Wilson estava lá não a serviço do Comandante do I Exército, mas a serviço de atos lesivos aos interesses do povo, portanto a serviço de algo que todos sabemos: do terrorismo de direita. E que fez o General imediatamente depois? Daí nossa afirmação de que o General estava se comprometendo com o terrorismo. É que, ao invés de mandar apurar corretamente o episódio, ele o encampa, admitindo, em nota, que o sargento e o capitão estavam a serviço do I Exército. E, mais ainda, leva ao túmulo, com honras militares, um sargento que morreu naquele episódio com a bomba no seu colo, como constata o inquérito.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, voltamos a esta tribuna para, mais uma vez, lamentar esse episódio e requerer a publicação do nosso discurso, porque está apoiado nos fatos. É o Corregedor quem está dizendo, alto e bom som, que o Capitão Wilson tinha ligações fora da cadeia de comando. Isto significa que o Capitão Wilson estava realmente a serviço do terrorismo de direita e que o General Gentil Marcondes, para não puni-lo, assume a responsabilidade, mandando instaurar um IPM dirigido e ainda expede uma nota oficial dizendo que aqueles dois militares estavam a serviço do I Exército.

Era o que queria registrar.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dario Tavares.

**O SR. DARIO TAVARES (PDS — MG)** — Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, têm sido uma constante nesta Casa os pronunciamentos a respeito da situação atual da nossa Previdência Social. Acusações e defesas são feitas a cada passo. Entretanto, há aspectos que não têm sido abordados convenientemente.

A nossa Previdência Social falhou porque não atingiu as metas prioritárias, que devem constituir a finalidade precípua de um sistema de segurança social. Não logrou ela sequer sua unificação, e ainda exibe a *double face* de uma Previdência Social urbana e uma Previdência Social rural, com graves prejuízos para a nossa população rural.

O homem, por si só, não tem condições de pôr-se a cobro dos riscos da doença, da velhice e do desemprego. No entanto, não foi criado o seguro desemprego neste País. Exigimos uma resposta à pergunta: o assalariado que vive de salário ganho do emprego, como vive quando perde o emprego? Se alguém julga que o FGTS dá para muitas passagens pelo mercado, não está sendo apenas ingênuo, mas age de má fé. O seguro desemprego teria que ser finalidade precípua da nossa Previdência Social. E na contabilidade social a falha significa falência.

A situação de inadimplência financeira é outro aspecto grave que envolve a nossa Previdência Social. Sabemos que já neste Governo houve grande expansão de gastos com assistência médica. Entretanto, o sistema de assistência médica, que se tornou um saco sem fundo, não assiste, mas consome, e isto já era esperado, porque administrar não é apenas agitar. Administrar é equacionar serena e meditadamente os problemas, para que eles possam ter solução. Nossa Previdência Social veio e se perdeu, ou perderam-na. Se não atingiu suas metas principais, praticamente não existiu; apenas iludi e faliu.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Com a palavra o Sr. Deputado Caio Pompeu.

**O SR. CAIO POMPEU** (PP — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ninguém desconhece que as ações governamentais, tendo sempre em vista o progresso social e o bem-estar coletivo, devem procurar refletir, linearmente, a seriedade, a eficiência, a probidade e a diligência, pressupostos que se afiguram indispensáveis ao exercício de qualquer cargo administrativo.

Os órgãos de decisão política, com efeito, em todos os níveis hierárquicos, no plano federal, estadual e municipal, estão moralmente obrigados a pautar-se por parâmetros que correspondam aos anseios da coletividade, e a orientar-se por uma inequívoca preocupação com a boa gerência da coisa pública.

Dentro dessa moldura, não posso deixar de manifestar minha mais profunda apreensão pelo prosseguimento, nas bases atuais, das atividades da PAULIPETRO, ligadas à prospecção de petróleo na bacia do Paraná, atividades que vêm merecendo indiscutível repúdio da opinião pública e da comunidade científica de São Paulo, seja pelo vasto elenco de impropriedades de um comportamento administrativo-financeiro ambíguo e cheio de lacunas, seja pela adoção de tecnologias superadas, de êxito duvidoso e de custo elevado.

Consoante oportuna e esclarecedora matéria publicada, a primeiro do corrente, pelo jornal *O Estado de São Paulo*, sob o título “O Risco de não Descobrir Petróleo”, o investimento patrocinado pelo Governo paulista, a pretexto de reduzir a dependência nacional de petróleo, apresenta gravíssimos inconvenientes de natureza técnica, administrativa e financeira, o que não só justifica, mas torna necessário e iniludível a revisão global de seu programa de ação.

Sem pretender adentrar-me, Sr. Presidente, na análise exaustiva das distorções detectadas no desempenho da PAULIPETRO, permito-me destacar, inicialmente, o volume dos recursos orçamentários destinados ao bizarro e inútil empreendimento do Sr. Paulo Maluf.

Como é do conhecimento de todos, só no corrente ano foram alocados cerca de vinte bilhões de cruzeiros para as despesas efetuadas sob a égide da PAULIPETRO, quantia essa superior à que o Governo Federal pretende liberar, no período, para a Ferrovia do Aço.

Segundo informações prestadas pelo próprio Gerente-Geral do Consórcio paulista, noventa por cento desses recursos serão destinados ao pagamento das cinco empreiteiras e suas associadas internacionais encarregadas dos trabalhos de prospecção dos poços estratigráficos, vale dizer, Andrade Gutierrez, Badra, Enterpa, CBPO, e Queiroz Galvão, assim como a Blocker, Astrafor, Eagle, Forasol e Bridas.

A situação jurídica da PAULIPETRO constitui, igualmente, outro aspecto bastante vulnerável da questão, tendo sido, segunda consta, um dos motivos do afastamento do Engenheiro Michael Zetlin da direção do Consórcio.

O referido técnico, sentindo-se “desconfortável por estar gerindo grandes somas de dinheiro sem responsabilidade pública”, teria proposto a transformação do Consórcio em empresa, medida que não contou com o necessário apoio das autoridades estaduais competentes.

Note-se que a fragilidade jurídica e moral da PAULIPETRO, administrando recursos do povo sem prestar contas a ninguém, já está a preocupar o próprio Tribunal de Contas do Estado, o qual, segundo o Sr. Luís Francisco Saragiotto, atual gerente-geral do Consórcio, já teria manifestado ser preferível que o elevado volume das despesas do órgão fosse de responsabilidade definida.

Também do ponto de vista técnico, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o investimento do Sr. Maluf, na opinião unânime de geólogos e autoridades da área, é simplesmente um salto no escuro. Consoante afirma o Professor Evaristo Ribeiro Filho, da USP, as bacias intracratônicas da era paleozóica — entre as quais se classifica a bacia do Paraná — são, no quadro mundial da exploração do petróleo, as que menos registram a ocorrência do produto.

Em Seminário promovido, há pouco tempo, pela Sociedade Brasileira de Geologia, os especialistas chamaram a atenção das autoridades paulistas para

as dificuldades de prospecção na bacia do Paraná, já que as espessuras das faixas de basalto existentes na área dificultam bastante as perfurações.

Também os técnicos da PETROBRÁS condenam a insistência do consórcio paulista em furar poços estratigráficos, em vez de proceder a levantamentos sísmicos, método cientificamente mais recomendável e, do ponto de vista econômico, muito menos dispendioso.

Segundo os mencionados técnicos, “a estratigrafia da bacia do Paraná é suficientemente conhecida, e por isso não se justifica a política de abrir poços, já que cada um deles está custando cerca de sete milhões de dólares ao erário paulista”.

Os aspectos a que me referi, Sr. Presidente, ressaltam, de maneira a não deixar dúvida, a necessidade de uma completa revisão da estrutura e dos métodos que embasam as atividades da PAULIPETRO.

Não creio necessário enfatizar o quanto iniciativas como essa, desvinculada de propósitos éticos e administrativos, apequenam as ações governamentais, prejudicando, igualmente, a realização de programas de natureza social.

Nessas condições, julgo de meu dever encarecer às autoridades federais competentes tenham por bem determinar as providências cabíveis, junto ao Governo de São Paulo, visando à reavaliação aprofundada e criteriosa da atuação e da estrutura da PAULIPETRO, reivindicação que, estou seguro, atende aos interesses do Estado, representa via essencial para a moralização administrativa daquela Unidade da Federação, e se compadece com a realidade econômica e social de nossos dias.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Celso Peçanha.

**O SR. CELSO PEÇANHA** (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há muita gente por ai gozando de regalias e de altas mordomias que não tem imaginação. Não são capazes de pensar bem em favor do povo: têm imaginação curta e são infelizes, quando tentam falar com referência ao problema do povo. Agora mesmo, um Ministro, querendo solucionar o problema do transporte urbano, sugeriu que se tirasse do ônibus o trocador ou o cobrador. Ora, Sr. Presidente, que idéia curta é esta, quando a Nação está mergulhada numa crise social das mais sérias, com mais de 900 mil patrícios nossos desempregados só no Estado de São Paulo. No meu Estado, o Rio de Janeiro, há cerca de 130 mil brasileiros desempregados. Então, ao invés de imaginar, sugerir medida que permitisse o trabalho dos cobradores e dos trocadores, não; tão-somente afastam o trocador e o cobrador, como naquela estória de retirar o sofá da sala. Este é o pensamento do Sr. Ministro.

O trocador ou o cobrador devem ter o direito de viver também. São homens que lutam, chefes de família com filhos que precisam estudar, que têm compromissos com o pagamento de sua residência. Não podem ser lançados assim ao leu da vida e da sorte só porque a imaginação curta de um Ministro pariu esta idéia.

Sr. Presidente, por que na solução do transporte urbano, para o seu barateamento, não se examina a possibilidade de cortar as mordomias, de subsidiar o óleo diesel e a gasolina para os transportes coletivos e para os motoristas de táxis? O pensamento ministerial poderá lançar milhares de patrícios nossos, chefes de família, ao desemprego e ao desespero. É o caminho largo para a violência, para a ociosidade.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, faço um apelo ao Sr. Ministro, para que raciocine melhor, ouça os homens públicos e imagine, junto com outros que pensam melhor do que S. Ex<sup>a</sup> e que tem experiência da coisa pública, uma solução que não suprime dos ônibus os cobradores e os trocadores, classes que também precisam viver.

É o apelo que faço, certo de que o Sr. Ministro vai ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Lyra.

**O SR. FERNANDO LYRA** (PMDB — PE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vendo o *Jornal Nacional* ontem à noite, fiquei surpreso, imaginando mesmo não ser verdade. Mas hoje a notícia está nos jornais. O Sr. Ministro dos Transportes, Eliseu Rezende, concedeu entrevista tentando dar a fórmula para o problema do transporte urbano, que todo o Brasil hoje conhece, vivendo momentos difíceis, de que resultou o quebra-quebra de Salvador. Pois bem. O Sr. Ministro Eliseu Rezende, irresponsavelmente, pregou a demissão de todos os cobradores de ônibus do Brasil. Isso quer dizer, em outras palavras, que S. Ex<sup>a</sup> está pregando ou estimulando os empresários a demitirem milhares de trabalhadores não qualificados, que fazem parte da grande e imensa maioria dos trabalhadores brasileiros não qualificados, causando o desemprego e, mais do que isso, o desespero daquela classe.

Eu imagino hoje o que estará sentindo um cobrador ou uma cobradora do Estado de São Paulo, ou da cidade do Rio de Janeiro, ao ouvir ou ler de um Ministro, que deveria ter responsabilidade, que ele está pregando ou estimulando a perda do seu ganha-pão.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a declaração do Ministro Eliseu Rezende é de uma irresponsabilidade atroz. Enquanto há preocupação e desespero de todo o povo brasileiro, com o desemprego crescente na indústria automobilística, hoje na casa dos 5.000 desempregados, imaginem se o Ministro Eliseu Rezende pregar ou estimular o desemprego de milhares de trabalhadores não qualificados, os cobradores e cobradoras. Falas como estas ratificam a opinião generalizada do povo de que este Governo é composto de Ministros totalmente incompetentes, irresponsáveis, porque homem que tem responsabilidade no processo político e administrativo, como deveria ter o Ministro dos Transportes, não prosere declarações irresponsáveis como as feitas ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Milton Brandão.

**O SR. MILTON BRANDÃO** (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, no dia 22 do corrente há precisamente cinco anos, desapareceu, vítima de desastre automobilístico na Via Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. A Nação inteira foi abalada pela infesta noticia da morte desse inolvidável homem público, que tantos e tão assinalados serviços prestou ao Brasil e a seu povo.

Sr. Presidente, evocamos com saudade o nome glorioso de Juscelino Kubitschek, nós que tivemos a honra de conhecê-lo e acompanhar durante alguns anos a sua trajetória política, principalmente no exercício do poder, na sua condição de Presidente da República, de 1956 a janeiro de 1961.

Juscelino Kubitschek foi exemplo de homem público e de cidadão, correspondendo sempre às aspirações máximas do povo brasileiro. Num período de 5 anos, sua administração se propôs realizar um plano de trabalho de 50 anos. Não obstante algum possível exagero, a legenda constitui bandeira para todos nós que o apoiávamos, que o glorificávamos, pois acreditávamos na sua capacidade de multiplicar seu trabalho e seus esforços em prol da grandeza do País.

Juscelino Kubitschek foi o grande idealizador, o grande criador de Brasília, esta grande metrópole da integração nacional, que desempenha importante papel na vida brasileira e que hoje, irreversível, é a garantia de dias ainda melhores para o Brasil.

Queremos, Sr. Presidente, ao registrar a data, prestar nossa homenagem à memória do grande homem público e do grande amigo. Juscelino foi um democrata. Homem afeito ao nosso meio, conchedor dos nossos problemas, jamais se perturbou com os ataques que a oposição lhe movia. Todos aqueles que o conheceram deram o testemunho de seu valor, a lisura com que sempre se portou durante seu governo, até o final, quando transferiu o poder normalmente a seu sucessor.

Quando da implantação da Capital Federal em Brasília, Juscelino realizou grandes empreendimentos, vultosos serviços, construindo estradas, promovendo a eletrificação, e muitas outras obras que contribuíram decisivamente para dar grandeza a este País. Avançou para a Amazônia, abriu clareiras, implantou grandes rodovias, penetrou em quase todos os recantos daquele Região, consagrando-se como o Presidente de todos os brasileiros, aquele que mais correspondeu às nossas legítimas aspirações. Por ter sido Juscelino Kubitschek um democrata, principalmente porque foi um homem que soube se comportar como Presidente e como homem público, prestamos à sua memória mais um preito de homenagem, em reconhecimento pelo muito que fez pelo Brasil (*Muito bem*).

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Com a palavra o Sr. Deputado José Frejat.

**O SR. JOSÉ FREJAT** (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o Brasil sempre advogou o relacionamento internacional dentro dos princípios de paz, de respeito mútuo e de igualdade entre as Nações.

Não aceitamos lideranças mundiais nem pretensões hegemônicas, assim como não exercitamos pretensões expansionistas. Todos os Estados, grandes e pequenos, têm o mesmo direito de pacífica convivência internacional, de soberania sobre seu território e sobre seu mar territorial.

O Brasil, como dezenas de outros países, adota o princípio das 200 milhas de mar territorial. A agressão sofrida pela Líbia, no dia 19 deste mês, quando oito aviões norte-americanos invadiram-lhe o mar territorial e derrubaram aviões líbios, retrata a política belicosa do Governo do Presidente Reagan.

Houve toda uma preparação dos dirigentes norte-americanos para a montagem da agressão. Porque foi a VI Frota norte-americana fazer manobras nas costas da Líbia? Qual seria a reação do Governo do Presidente Reagan se a Líbia realizasse manobras militares nas costas dos Estados Unidos?

Além disso, há vários precedentes que condenam o comportamento do Governo norte-americano, na sua política com o Governo da Líbia.

Em março do ano passado, a Agência Jana acusou a VI Frota norte-americana de ter violado o espaço aéreo e marítimo da Líbia durante quatro dias consecutivos. Posteriormente, caças líbios interceptaram aviões norte-americanos nos limites do espaço aéreo da Líbia.

Em julho deste ano, a revista norte-americana *Newsweek* informou que o chefe da Cia., William Casey, aprovava planos para assassinar o Presidente Moammar Khadaf. O jornal *Daily News*, de Nova Iorque, registrou que também colaboradores do Presidente norte-americano idealizaram plano para eliminar o Presidente da Líbia.

O Secretário de Defesa, Weinberger, ordenou que a VI Frota realizasse manobras no Golfo de Sirta, na costa da Líbia, como deliberado desafio direto ao governo líbio (*Newsweek*).

Ante todas estas demonstrações de hostilidade, nenhum valor têm as explicações e justificações norte-americanas. Na verdade, o porta-avião "Nimitz", movido a energia nuclear, com 100 aviões abordo e 6.287 homens e demais unidades da VI Frota americana no Mediterrâneo, invadiram as águas territoriais e o espaço aéreo da Líbia.

Foi um ato de agressão, de violação das leis internacionais, um ato de guerra não declarada.

Aliás, o Presidente Reagan acaba de confessar, sem nenhum constrangimento, em visita ao porta-aviões "Constellation", que o envio da VI Frota para o Mediterrâneo foi um desafio à Líbia e ao Presidente Khadafi.

Esta linguagem agressiva e provocadora parece mais a lei da selva, ou dos filmes de Tarzan. Mas a África hoje não é a África de ontem, quintal do colonialismo e do imperialismo.

Pesam sobre os diversos governos dos Estados Unidos a acusação de armadas para a derrubada de governos que não aceitam sua influência e a espoliação de suas riquezas. A história registra a intervenção norte-americana em muitos países da África, da Ásia e da América Latina.

No Vietnam, o truque da Baía de Tonkin gerou a guerra do Vietnam. Na Baía dos Porcos, em Cuba, a manobra da CIA, teve a derrota merecida. Na Guatemala de Jacobo Arbenz e Toriello, a intervenção americana obteve sucesso e ali instalou uma ditadura.

A História é implacável. E os povos, antes oprimidos, estão de cabeças levantadas e mentes alertas para a defesa de seus países, de sua gente, de sua soberania, de sua independência.

A Jamahiryia Árabe Popular da Líbia está alta e fortalecida no coração de seu povo para a defesa de sua soberania.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Com a palavra o Sr. Deputado Tidei de Lima.

**O SR. TIDEI DE LIMA** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje transcorre o Dia do Soldado, e, nestes últimos dias, ouvimos uma série de pronunciamentos de oficiais-generais do Exército a respeito de temas políticos. Culmina o dia de hoje com a Ordem do Dia do Sr. Ministro do Exército, que alerta as forças terrestres contra intrigas e provocações que fazem parte de um plano ardilosamente arquitetado para predispor a opinião pública contra o Governo e as instituições militares.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é importante que se diga que à sociedade civil cabe gerir a Nação e à militar cumprir o que determina a Constituição, que é produto do consenso das diversas correntes da sociedade civil. É importante também que se diga que a sociedade civil e, consequentemente, a Nação não devem ser tratadas como crianças e, desta forma, não precisam ser tuteladas. Os militares têm, por vício, a tutela da sociedade civil, a tutela da nossa Nação. Esse é um vício militar. É preciso acabar com ele. É importante que se diga que a sociedade civil tem capacidade de gerir a Nação e os seus destinos. Compete ao militar, única e exclusivamente, o desempenho daquilo que lhe impõe a Constituição.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não existe plano mirabolante nenhum para predispor a opinião pública contra os militares ou contra as Forças Armadas. O que há, na verdade, é uma posição da nossa Nação contrária ao envolvimento dos militares em assuntos que não lhe competem. A Nação se coloca, dessa forma, em oposição não a um plano previamente preparado ou ardilosamente arquitetado, como disse o Ministro do Exército. Não. A Nação brasileira, a sociedade civil está contra a ingerência indevida das Forças Ar-

mais, ou melhor, de alguns setores dessas Forças Armadas naquilo que compete à sociedade civil. Tenho a certeza de que estaria Caxias, hoje, contente e muito mais satisfeito se o Ministro do Exército, General Walter Pires, viesse, numa Ordem do Dia como esta, dizer que as Forças Armadas e o Exército retornariam aos quartéis e abandonariam a política nacional à sorte da sociedade civil, que é o que lhe compete. Não estaria só contente Caxias, mas todo a Nação e o povo brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao último orador inscrito; Sr. Deputado Jorge Uequed.

**O SR. JORGE UQUED** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa, a Nação, ontem, assistiu a mais uma prova de incompetência do Ministro Elizeu Resende. No momento em que há uma grande preocupação pelo desemprego por parte daqueles que têm consciência desse problema, o Ministro Eliseu Resende, com aquela sua característica incompetência, vai à televisão e diz que as empresas devem demitir os cobradores, porque isto vai diminuir em 10% o custo da passagem". Ora, Sr. Presidente, bem vou falar que não é verdade que pode diminuir 10% no custo da passagem, porque todos sabem que este Ministro não entende nada. Esse é o Ministro da "Ferrovias do Aço", da "Transamazônica". Este Ministro incompetente é que devia estar desempregado, e a Nação ganharia muito com isto, economizaria muito. O Brasil teria muito a lucrar se desse a despedida imediata para este incompetente e despreparado Ministro. Vou chegar a um só ponto: há alguém tentando industrializar o desemprego nesta Nação, e parece que o Ministro Eliseu Resende está neste esquema. Parece que quanto mais desemprego mais convulsão social e quanto mais convulsão social, maior possibilidade do regime utilizar esse alibi para evitar a manifestação popular. O que o Ministro está pregando é o desemprego ou então deve ser sócio ou proprietário de algumas dessas empresas que vendem roletas para marcar o número de passageiros nos ônibus; aí estão, S. Ex. é tão incompetente e despreparado que deveria ser remetido para uma escola preparatória do MOBRAL, porque esta não é conversa de Ministro, mas conversa de esquina às duas horas da manhã de quem não sabe o que fazer. Chegar na televisão e dizer que "as empresas devem demitir os cobradores de ônibus," ou seja, milhares de brasileiros que ficarão desempregados representarão a diminuição de 10% no custo das passagens, é questão de psicanalista, se não for de incompetência. No fundo, alguns setores, inclusive esse despreparado Ministro, estão preparando um esquema para levar o desemprego a uma faixa avassaladora. Um País que já tem um milhão de desempregados chegará imediatamente a dois ou três milhões, o que será um verdadeiro exército a reclamar pelo mínimo direito do cidadão de ter trabalho e de poder exercer uma atividade remunerada. A repulsa a esta manifestação virá de todos os cantos do País. Não há quem possa aceitar que os meios de comunicação estejam à disposição do Ministro dos Transportes para que um despreparado cidadão possa intranquilizar aqueles que vivem do trabalho.

É inadmissível, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que ainda se mantêm Ministros como esse ajudando o desequilíbrio social, ampliando a angústia, criando traumas naqueles que vivem do seu trabalho, criando um enorme problema para os cobradores de ônibus, os quais precisam sustentar a família e não têm mordomia, como o incompetente Ministro, para suprir as suas necessidades. Era bem melhor que o Governo enviasse para o MOBRAL um Ministro tão despreparado como este.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1981, que dá nova redação ao § 3º do artigo 72 da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

*E lida a seguinte*

Brasília, 25 de agosto de 1981

Ao Exmo Sr.  
Senador Jarbas Passarinho  
DD. Presidente do Senado Federal  
Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex. para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Raimundo Parente, pelo nobre Sr. Senador Almir Pinto, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 17, de 1981 (CN), que "atualiza os limites de valor aplicáveis às diferentes modalidades de licitações, simplifica a organização de cadastros de licitantes e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Bernardino Viana, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Será feita a substituição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Passa-se à  
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1981-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 64, de 1981-CN, com voto vencido do Senhor Senador Evandro Carreira), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.856, de 10 de fevereiro de 1981, que autoriza o Ministro da Fazenda a conceder isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, nos casos que especifica.

Em discussão o projeto (*Pausa*).

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o PMDB tem votado sistematicamente contra os decretos-leis enviados ao Congresso Nacional porque eles significam, sobretudo, um desprezo ao Poder Legislativo. Hoje de novo, colocamo-nos contrariamente à aprovação deste decreto-lei, já que temos repetido sempre que o mesmo representa a figura do autoritarismo, tantas vezes exercido desta tribuna.

Pretende o Poder Executivo, com este decreto-lei, autorização para a isenção de impostos de importação sobre produtos industrializados, especificamente no que se refere à importação de navios para o Brasil. A propósito, lembremo-nos de denúncia formulada desta tribuna pelo Deputado José Costa contra o ex-Presidente Ernesto Geisel, que até o momento não a respondeu. Tenho a impressão de que já houve tempo suficiente para S. Ex. responder às sérias acusações do Deputado José Costa, de que ele teria agido de forma desonesta, proporcionando ganhos ilícitos e, assim, agindo de forma corrupta.

A Oposição ainda aguarda resposta do ex-Presidente Geisel. Um desafio foi lançado desta tribuna e seria bom, nesta hora em que o Partido do Governo aprova mais este decreto-lei, permitindo a isenção de impostos sobre a importação de produtos industrializados, que a Liderança do Governo explicasse as razões do comportamento do ex-Presidente Geisel.

A nossa presença nesta tribuna, portanto, é, mais uma vez, para enfatizar a posição do nosso Partido, contrariamente à aprovação de decreto-lei dessa natureza.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado, contra o voto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

**O Sr. Deputado Álvaro Dias** — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Como é evidente a falta de número em plenário, a votação da matéria fica adiada para outra oportunidade. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 11 horas e 55 minutos.)*

## ATA DA 187<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE AGOSTO DE 1981

### 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 46<sup>a</sup> Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. ALMIR PINTO.

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Múrilo Badaró — Tancredo Neves — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Pedro Simon — Tarso Dutra.

#### E OS SRS DEPUTADOS:

##### Acre

Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Viana — PDS.

##### Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

##### Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PTB; Carlos Vinagre — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manuel Ribeiro — PDS; Nélia Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

##### Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Vítor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

##### Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

##### Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Morais — PP; Cesário Barreto — PDS; Cláudio Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marçilio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Arruda — PMDB; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

##### Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vírgio Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

##### Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

##### Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho —

PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

##### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Múriello Mendes — PMDB.

##### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

##### Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquissón Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

##### Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrão — PDS; Walter de Prá — PDS.

##### Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délvio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PMDB; Felippe Penna — PMDB; Florim Coutinho; Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Marcelo Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Sílvia — PMDB.

##### Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonitácio de Andrade — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Cristóvam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PDT; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vásconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

##### São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas —

PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Hebert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Côdo — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

#### Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturval Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Manoel Oséas — PDS; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

#### Mato Grosso

Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Lourenberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

#### Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

#### Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Diás — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Góes — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kfuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Olivo — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Lossio — PDS; Italo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fructuoso — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvão — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmír Belinati — PDS.

#### Santa Catarina

Acácio Pereira — PMDB; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; José Thomé — PMDB; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Victor Fontana — PDS.

#### Rio Grande do Sul

Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Freguani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Víctor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

#### Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 412 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Florêncio.

**O SR. ANTÔNIO FLORENCIO** (PDS — RN) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, houve no domingo último, no Rio Grande do Norte, um acontecimento dos mais tristes. Perdeu o nosso Estado um de seus filhos mais ilustres, de maneira trágica, em acidente de automóvel.

Trata-se do Dr. Demócrito de Souza Paiva, nascido em Alexandria, progressista cidade do oeste potiguar, filho de Waldemar de Souza Vera e Maria Paiva de Souza, tradicional família de nosso Estado, com grandes serviços prestados à política e ao desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Demócrito de Souza revelou muito cedo a sua vocação política. Nascido em 18 de agosto de 1945, já em 1970 elegia-se Deputado Estadual, com expressiva votação, reelegendo-se em 1974, como reconhecimento do nosso povo ao seu trabalho na Assembléia Estadual.

Posteriormente foi convocado pelo Governador Lavoisier Maia, para exercer as funções de Diretor Administrativo da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrário — CIDA, onde, com a sua experiência de funcionário de carreira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pôde prestar relevantes serviços à agricultura do Rio Grande do Norte.

Nosso Estado saberá reconhecer tudo o que fez pelo seu povo, na sua curta existência.

A sua esposa, D. Maria Adélia Sales de Souza Paiva, aos seus filhos queridos, Maria Liza, Demócrito Júnior, Melissa e Janaina, aos amigos Waldemar e Mário, aos seus irmãos, Napoleão, Suerda, Diana, Maria das Graças, Maria do Socorro e Kátia, e demais membros da família, a nossa mensagem fraternal de profundo sentimento, o que faço por mim, minha família e toda a família norte-rio-grandense.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Evandro Ayres de Moura.

**O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA** (PDS — CE) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes de falar sobre o assunto que me trouxe a essa tribuna, quero lamentar, com pesar, o desastre ocorrido na cidade de Viçosa do Ceará, onde um veiculo, conduzindo desportistas, caiu em um abismo de quase 300 metros, entre a localidade de Ingá e Carrapateiras, deixando o luto, a dor e as lágrimas para pais, irmãos e esposas, em um dos maiores desastres já havidos no Ceará, com 18 mortos e mais de 20 feridos, alguns em estado desesperador.

Associando-me ao luto do povo viçoseense, levando meus pêsames ao lar de cada uma das famílias enlutadas, ressaltamos aqui, nesta hora difícil para aquele povo e aquela cidade, a ação pronta do Prefeito Eônio Fonteles e da Primeira Dama do Município, D. Nazareth Cavalcante Fontenele, da Câmara dos Vereadores, por seu Presidente Nilton Passos, e do médico local na assistência às vítimas.

Feito esse registro, queremos levar ao conhecimento do Congresso o que a seguir relatamos:

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, do calendário de Feiras, na EMBRA-TUR e no MIC consta oficialmente, realizando-se em Fortaleza anualmente no mês de setembro, a Feira Cearense de Móveis de Estilo, já no quinto ano sucessivo. Um dos maiores eventos da espécie, a feira reúne no parque de Exposições, na Maraponga, o que há de mais expressivo no ramo de móveis, não só do Nordeste, como do Brasil inteiro. Milhares de pessoas visitam os STANDS, no recinto da Feira.

Queremos denunciar às autoridades a torpeza e a insensatez de inimigos do Ceará, que, pensando bloquear ou torpedear aquele evento, para deslocá-lo para outra Capital, remeteram para as autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio e as indústrias moveleiras, circular sem assinatura, portanto apócrifa, informando mentirosamente sobre inexistência de via de acesso ao Parque. Sabemos nós, fortalecenses, que, pela avenida São Manoel, há franco acesso e o Governador do Estado já adotou previdências para abrir uma nova via, facilitando maior acesso à Exposição, pela Campus Universitário do Itaperi.

Assim sendo, os inimigos gratuitos do nosso Estado serão desmascarados pela realização, com absoluto êxito, da 5ª Feira, sob o comando do industrial Manoel Holanda e apoio da Secretaria de Indústria e Comércio do Ceará.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Alves.

**O SR. JOSÉ ALVES** (PDS — AL) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, vez por outra o País é envolvido por campanha promovida por

uma minoria, prometendo a volta do jogo, a abertura de cassinos. Os patroci-nadores dessas campanhas têm revelado uma falta de escrúpulos assombrosa. Procuram comprometer autoridades federais, difundem boatos, mentem, mas — o que é espantoso! — conseguem grande divulgação nos jornais e na televisão, confundindo a opinião pública.

Analizando o comportamento desse grupo, o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio de Araújo Sales, acaba de divulgar um excelente trabalho, que peço, Sr. Presidente, seja incorporado aos Anais do Congresso, e que se intitula "Jogo não é solução".

A mensagem do Cardeal Eugênio Sales é a seguinte:

"Incrível a força da mentira e a fecundidade da desfaçatez! Não possuem vigor-próprio, mas se prevalecem da fraqueza alheia para alcançar seus efeitos danosos. O poder é inerente à verdade. Entretanto, a limitação humana na inteligência e na vontade debilita-lhe a intensidade na atuação."

As vezes, a divulgação do erro é consequência de causas internas. Assim, alguém eivado de tara sexual ou anestesiado por um amoralismo na própria vida, insurge-se contra tudo quanto restringe ou prejudica suas anormalidades ou viver aético. Quem espera vantagens pecuniárias na maior liberalização das leis, reage aos obstáculos à consecução de seus objetivos egoístas. Constatamos o fato, em certos comentários sobre o que se faz em defesa da moral pública, fundamento de uma sociedade organizada. O indivíduo que envereda por falsos caminhos só ele é atingido pelas consequências. Diferente é exigir que esses desmandos sejam partilhados pela coletividade.

Tal aberração vem se manifestando, com frequência, num plano bem elaborado em favor da liberação do jogo, em particular, nos cassinos.

Apregoam-se falsidades, meias-verdades, com tal desenvoltura que leva os menos avisados a lhes darém crédito. E a opinião pública, sensível a esse tipo de propaganda e argumentação falaciosa, é afetada pela própria limitação ou deturpação de raciocínio, tomando rumos errados.

A matéria pertence, nitidamente, ao campo dos grandes interesses financeiros. O ouro abundante torna ainda mais débeis os fracos. O viciado pela própria patologia e o explorador — único beneficiário da jogatina — facilmente se fazem ardorosos defensores. O primeiro, cego pelo vício, é insensível à luz de um raciocínio correto e objetivo. O segundo enyida todos os esforços para favorecer seus negócios ilícitos. Contudo, vale a pena escrever sobre o assunto, pois nem todo brasileiro é dominado por esse vírus, nem participa dos lucros obtidos à custa da fraqueza do próximo; muito menos faz parte da máfia internacional que atua nesse terreno.

A Organização Mundial de Turismo, há poucos anos, promoveu uma avaliação sobre a influência dos cassinos no incentivo ao mesmo turismo. Os resultados são surpreendentes. Essas casas são visitadas, em grande parte, pelos próprios nacionais, desfazendo-se, assim, o grande argumento de promover entrada de moeda forte. Na França, em 1974, 4,3% dos freqüentadores de cassinos eram estrangeiros. Além disso, os países de onde procedem a maioria dos visitantes, têm o jogo liberado, não constituindo assim, sua regulamentação no Brasil, elemento ponderável como atrativo aos turistas.

Acresce que, na motivação de uma viagem, a vida noturna ocupa o 19º lugar, em um inquérito de vinte quesitos, em pesquisa feita nos Estados Unidos.

O fluxo dessas multidões, segundo o conceito moderno de turismo, não se orienta para o que gera excitação, mas sim, o relax, fator importante na via hodierna. Isso ocorre nos países mais ricos, exatamente onde está a força para um aumento dos ingressos de moeda forte.

A evasão de divisas pelo viciado que busca o estrangeiro, será ampliada, pois, caso contrário, não seria exceção. São multinacionais que controlam os cassinos, e ninguém impedirá que haja ainda maior transferência de nossas poupanças para o exterior.

Poderia continuar a apresentar dados sobre a proporção dos impostos e os gastos com a repressão às atividades criminosas que acompanham a jogatina; mostrar que a aceitação pública não extinguirá a tavolagem clandestina e o suborno, como a existência da loto, a loteria, inclusive a esportiva, o popular mas danoso "jogo do bicho", não justificam a ampliação do mal. Não se trata de saber se o jogo entre nós já é uma realidade clandestina ou ostensiva e que importa, assim, regulamentar, com vantagens econômicas, fiscais ou sociais.

Uma série de falsidades seria alinhada. Creio, entretanto, que o assunto pede outra perspectiva. O jogo, antes de ser contravenção, é um vício. Aí está o centro da questão, que deve ser situado no nível dos valores morais. Trata-se de conferir ao mal a respeitabilidade legal. Colocada nesses termos, jamais a oficialização dos cassinos deixaria de ser um dos maiores contributos na corrosão da consciência ética de uma nação.

Na escalada de imoralidades que agridem a sensibilidade desta Nação, constituiria mais outra melancólica vitória, cuja maior vítima seria, de fato, a nossa gente.

Quando a população da velha Roma pagã chegava aos níveis mais baixos da degradação, emasculada pela riqueza provinda dos saques e pilhagens de países conquistados, clamava exigindo dos Imperadores "panem et circenses", pão e circo. Pão para matar a fome, e circo para matar o tédio, nos espetáculos sangrentes dos gladiadores.

Hoje, agora, ouço rumores semelhantes, ruído de festas, assemelhadas às daquele período da História, vozes que propõem o jogo, ao mesmo tempo que há clamores dos que pedem pão para matar a fome. Não se alimenta um povo abrindo as portas à jogatina. Temos o direito ao lazer, mas há outras formas nobres e sadias.

Renovo aqui um veemente apelo ao patriotismo de todos os responsáveis pelos destinos do Brasil. Registro mais uma vez a advertência que fiz em outra ocasião: não será com roletas e panos verdes que se resolverão os grandes problemas que afigem a nossa querida Pátria."

(*Jornal do Brasil*, edição de 22-8-81)

**O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto)** — Concedo a palavra a Sr. Deputado Cristina Tavares.

**O SR. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE)** — Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, hoje é o Dia do Soldado. A História não é apenas o registro do que foi passado. O Dia do Soldado, comemorado hoje em todo o Brasil, não poderia ou não deveria restringir-se à crônica das lutas patrióticas do Exército brasileiro. Esse registro, é verdade, se faz e deverá continuar a se fazer e será feito por muitos anos, mas a História é um processo em que se constrói essa história dia a dia.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de registrar no Dia do Soldado a memorável peça, que a imprensa de hoje, publica, através da qual o Corregedor-Geral da Justiça Militar, Célio de Jesus Lobão Ferreira, pediu ao Superior Tribunal Militar o desarquivamento do IPM que investiga a explosão da bomba no "Puma" do Capital Wilson Machado, no RioCentro, ocasionando a morte do Sargento Guilherme do Rosário.

Após afirmar em sua representação, que o depoimento do Capitão Wilson Machado "não resiste à uma análise crítica". O Corregedor-Geral, no desenvolvimento das razões por que pede à reabertura do IPM, diz que "só a deliberada má-fé procura confundir a instituição com os indivíduos que a integram". E arremata. Elas — as instituições — permanecem inatingidas com a conduta daqueles que, transitoriamente delas fazem parte; "...a História, imparcialmente, só grava os nomes daqueles que a honraram".

Daí por que julgo a notícia do pedido do desarquivamento do IPM do RioCentro, um dos tributos mais valiosos que no ano de 1981 se presta à instituição militar. A instituição militar brasileira, cuja tradição é de legalidade, não pode nem deve ser confundida, como muitas vezes daqui deste Congresso se deseja fazer ou dar a entender, com os maus elementos que aí estão, sejam eles generais, sejam tenentes, sejam coronéis.

A instituição militar é permanente e a sua História se constrói hoje também. Seria deveras lamentável que na década de 70 a 80 ou, mais precisamente, a partir de 1964, que as Forças Armadas brasileiras fossem associadas ao regime implantado com a Revolução de 64. Evidentemente, a História não deixará passar em branco a participação de militares nesta Revolução, a participação de militares que, sem querer, desta tribuna fazer o julgamento das intenções pessoais, mas pelo julgamento dos seus atos, levaram este País ao caos econômico e político, e, mais ainda, desonrando as tradições da instituição militar, permitindo que o território nacional fosse invadido de uma outra maneira, porque já não se invade mais os territórios como antigamente.

Assim, Sr. Presidente, a minha homenagem à instituição militar é, neste momento, o registro do pedido de reabertura do inquérito do RioCentro.

**O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto)** — Com a palavra o Sr. Deputado Milton Brandão.

**O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI)** — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, recebemos, por intermédio do nosso eminente Líder Cantídio Sampaio, informações a respeito da deliberação do Presidente do Banco do Brasil, Sr. Oswaldo Collin, de solicitar ao Banco Central, dirigido pelo ilustre Sr. Carlos Langoni, autorização para instalação de vários Postos avançados, destinados, principalmente ao crédito agrícola, em diversos Municípios do meu Estado, entre eles Pedro II, Jaiçós e Caracol.

Aplaudindo a iniciativa, renovamos apelo no sentido de que maior número possível de Postos Avançados do Banco do Brasil sejam criados no Nordeste, principalmente no Estado do Piauí, aquele que apresenta a mais baixa renda *per capita*, aquele que mais carece da assistência do Governo e dos seus órgãos financiadores.

De modo que queremos fazer um apelo ao Sr. Carlos Langoni, Presidente do Banco Central, no sentido de que tome as providências necessárias indispensáveis para que a burocracia não retarde a adoção dessas medidas e, no menor espaço de tempo, sejam instaladas esses Postos Avançados do Banco do Brasil nas cidades apontadas.

Ao expressar as nossas congratulações pelo fato, queremos, ao mesmo tempo, transmitir essa notícia às comunas piauienses que aguardam pelo nosso trabalho, pelo nosso esforço em prol das suas populações.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alvaro Valle.

**O SR. ÁLVARO VALLE** (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, para que conste dos Anais desta Casa e para maior conhecimento dos Srs. Congressistas, passo a ler a excelente entrevista dos Srs. Gastão Filho e Adilson Pereira, dada a *O Globo*, edição de 23 do corrente, sob o título, "Técnicos afirmam que contas paralelas nos bancos prejudicam INPS."

— A principal causa do déficit do sistema, até prova em contrário — disseram Gastão Filho e Adilson Esteves Pereira — é o caráter administrativo-contábil, que deve ser corrigido: nos bancos comerciais, coletores e pagadores do sistema, a Previdência trabalha com duas contas paralelas. De um lado, a conta dos recolhimentos de encargos e contribuições. De outro, a conta dos pagamentos de benefícios e serviços.

— Na primeira — esclarecem — sobra dinheiro. Na segunda, falta. Acontece que o saldo positivo da primeira não pode compensar, automaticamente, o saldo negativo da segunda. Além de paralelas, são estanques. Resultado: Os bancos pagam a descoberto e lançam juros e correção no saldo negativo da Previdência, por conta de empréstimos administrativos, com prazos de dias, semanas, ou meses, o que tecnicamente não pode continuar ocorrendo, pois a conta dos recolhimentos tem que compensar a conta dos pagamentos. Com isso estanca-se uma sangria de aproximadamente 150 bilhões de cruzeiros a título de despesas financeiras. Como se pode ver, a previdência social ensaia gastar mais com bancos comerciais do que com médicos e hospitais.

#### *Injustiça Social*

— A espantosa mas verdadeira injustiça social — disseram — está no aspecto do teto de contribuição previdenciária em que são beneficiados milhares de privilegiados, pois independentemente de ganharem Cr\$ 200 mil, Cr\$ 400 mil e até Cr\$ 800 mil mensais, só descontam à previdência 8% sobre Cr\$ 133 mil. Até 1975 o teto máximo de contribuição era de 20 salários mínimos, mas desde então foi decrescendo porque a base de cálculo passou a ser o salário-referência, que representa quase a metade do valor do salário mínimo. Com isso o teto de contribuição dos privilegiados baixou de 20 para os atuais 15,5 salários mínimos. A título de exemplo, salientamos que apenas com a elevação do teto de contribuição para 20 salários, a Previdência arrecadará entre Cr\$ 35 bilhões e Cr\$ 40 bilhões no ano que vem, o que significa em termos de recursos o mesmo que aumentar a alíquota de encargos sociais de 1%, passando de 8% para 9%.

#### *Dívidas*

— Todos — continuaram Gastão Filho e Adilson Esteves Pereira — devem a previdência, que ainda paga juros bancários da dívida de terceiros para com seu ministério, excluindo como não podia deixar de ser o trabalhador brasileiro, que não tem o direito de dever e sim o de pagar em dia. Recentemente o ministro do Planejamento, Delfim Netto, admitiu que a dívida das estatais anda em torno de Cr\$ 120 bilhões a Cr\$ 150 bilhões, mas ressaltou que não é esse o fator responsável pela crise da previdência. De acordo com os dados do IAPAS, não são apenas as estatais que devem à previdência: cerca de 94 mil empresas públicas ou privadas, entidades, pessoas jurídicas têm débito e outras 73 mil estão parcelando os seus atrasos, no valor de Cr\$ 30 bilhões, sem juros, multas ou correção monetária. Por que somente o trabalhador tem de pagar as suas dívidas com juros, multas e correção monetária?

#### *INAMPS*

— No caso do INAMPS — disseram os dois técnicos — existem três versões negativas que devem ser auditadas e verificada qual é a nociva ou se as três são inadequadas, a fim de que se diminua a sangria de bilhões de cruzeiros nessa área. Eis a primeira versão: passou a ser de domínio público a denúncia de que os hospitais do

INAMPS estão operando com um custo 300% maior do que a média dos hospitais contratados ou conveniados. Afirma-se ainda que a assistência médica contratada fora do INAMPS absorve apenas 10,1% do orçamento total da previdência. Este ano, os gastos nessa faixa estão orçados em Cr\$ 117 bilhões. Como pode uma parte de 1/10 do orçamento explicar um déficit que caminha para Cr\$ 200 bilhões em 1981. De outro lado, até 1978 a Santa Casa e hospitais municipais e estaduais prestavam assistência médica gratuita à maioria dos internados, com contribuições voluntárias e receitas fiscais bancando esses serviços. Desde então, a Santa Casa e hospitais estão cobrando da Previdência a prestação de qualquer serviço. No caso, os pagadores bitributáveis são os contribuintes do INPS e mais os contribuintes dos impostos municipais, estaduais e federais. Pode?

— Num documento produzido pelo Centro Brasileiro de Estudos e Saúde e o Sindicato dos Médicos do Rio — continuaram — existe o registro de que é um campo problemático o quase congelamento da expansão da assistência médica do Estado que levou a um crescimento acelerado da compra de serviços de empresas privadas. Sem critérios e sem diretrizes técnicas, "as compras de serviços se concentram nas áreas mais lucrativas do ponto de vista dos empresários, mas caros do ponto de vista da previdência e mais inúteis do ponto de vista da população. Também passou a ser de domínio público que os tratamentos no exterior atingem a cifras de bilhões de cruzeiros.

#### *Soluções*

Segundo Gastão Filho e Adilson Esteves Pereira, as soluções viáveis seriam as seguintes:

1) Modificar com urgência o atual sistema administrativo-contábil de operações bancárias, evitando com isso o pagamento de juros, multas e correções no montante de Cr\$ 150 bilhões, a título de despesas financeiras.

2) Tornar mais justo o teto máximo de contribuição, elevando-o para 30 salários mínimos, com correção pelo INPC e não pelo valor referência, pois a Previdência terá como arrecadação o valor extra, aproximado, de Cr\$ 60 bilhões.

3) Adotar uma política de pleno emprego ao invés da política de desemprego, gerando com isso mais arrecadação extra de aproximadamente Cr\$ 40 bilhões.

4) Adotar providências energicas e eficazes, para que os devedores da Previdência efetuem os devidos pagamentos a curto prazo, com juros, multas e correções, no total aproximado de Cr\$ 160 bilhões.

5) Apurar e diminuir as despesas do INAMPS, pois ficou latente ser possível tal procedimento, tendo em vista ser inaceitável que os hospitais do INAMPS operem com um custo 300% maior que os contratados ou conveniados; anular a bitributação com a Santa Casa e hospitais Municipais e Estaduais, pois sabe-se que já existem contribuições voluntárias e receitas fiscais bancando esses serviços;

Após análise profunda, porém urgente, rescindir convênios que foram feitos sem critérios e sem diretrizes técnicas; porque nos contratos existem cláusulas que garantem o rompimento do compromisso; auditar as autorizações e pagamentos de tratamentos no exterior e obter resarcimento dos tratamentos indevidos, como também, doravante só dar autorização nos casos de extrema necessidade.

6) Transferir o INAMPS para o Ministério da Saúde, como início da reestruturação do Ministério da Previdência Social.

7) Criação de alíquota complementar de 1% sobre o faturamento das empresas de alta tecnologia, pequena absorção de mão-de-obra e grandes lucros.

8) Vender os imóveis ociosos e/ou desnecessários, arrecadando com este procedimento, bilhões de cruzeiros, para proveito real do trabalhador. A Previdência é proprietária de 1.276 terrenos (entre os quais fazendas) e 3.460 edificações em todo o Brasil, parte em condições de ser alienada, parte em situação irregular. No Rio, pode-se obter além de outras coisas, lista de apartamentos no Flamengo, Botafogo, Petrópolis."

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, com a seguinte Ordem do Dia.

— 1 —

Votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1981, que dá nova redação ao § 3º do artigo 72 da Constituição Federal:

— 2 —

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1981, que dispõe sobre contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Sobre a mesa, requerimento que sera lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

**REQUERIMENTO N° 33, DE 1981-CN**

Sr. Presidente

Solicito a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura como signatário da proposta de Emenda Constitucional (propondo o voto distritão), de autoria do Deputado Nilson Gibson.

Nesses termos, espera deferimento

Brasília, 25 de agosto de 1981. — *Benedito Marcílio*, Deputado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — A Proposta a que se refere o presente requerimento não foi lida em sessão conjunta, não tendo sido, em consequência, publicada no **Diário do Congresso Nacional** correspondente.

Atendido, pois, o disposto no *caput* do art. 268 do Regimento Interno do Senado, primeiro subsidiário do Regimento Comum, a Presidência defere a solicitação feita.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Passa-se à  
**ORDEM DO DIA**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1981, que dá nova redação ao § 3º do artigo 72 da Constituição Federal, tendo

**PARECER**, sob nº 55, de 1981-CN, da Comissão Mista pela rejeição, vencidos os Senhores Deputados Tarcísio Delgado e Ruben Figueiró.

Em discussão a proposta. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

A proposta de emenda à Constituição exige *quorum* qualificado para deliberação. Sendo evidente a falta de número, deixa de ser procedida a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas 35 minutos.*)

# **O PODER LEGISLATIVO E A CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS**

Obra comemorativa do Sesquicentenário da Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda.

Precedentes históricos, debates da Assembléia Constituinte de 1823, Decreto de 1825 com os Estatutos do Visconde da Cachoeira, completa tramitação legislativa da Lei de 11-8-1827, com a íntegra dos debates da Assembléia Geral Legislativa (1826-1827), sanção imperial e inauguração dos Cursos de São Paulo e Olinda.

**Índices onomástico e temático**

**410 páginas**

**PREÇO: Cr\$ 70,00**

Pedidos pelo reembolso postal à  
**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**  
(Anexo I) — Brasília — DF — 70160

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície.

Semestre	Cr\$	2.000,00
Ano	Cr\$	4.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície.

Semestre	Cr\$	2 000,00
Ano	Cr\$	4 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 950.052/5, a favor do

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF  
CEP 70160

# **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

## **ANTEPROJETO**

Quadro comparativo, dispositivo a dispositivo, do Anteprojeto da CLT à legislação trabalhista vigente.

Texto da Exposição de Motivos.

Notas remissivas à Constituição Federal, à legislação correlata e à Exposição de Motivos.

**628 páginas  
Preço: Cr\$ 250,00**

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas  
Senado Federal — Anexo I - 22º andar**

Pedidos pelo reembolso postal

**Subsecretaria de Edições Técnicas  
Senado Federal — Brasília - DF  
CEP: 70160**

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.203  
Brasília — DF**